

Trajetórias escolares de jovens assentados: estudo em Arinos/MG¹

School trajectories of settled youths: a study in Arinos / MG

Resenhado por / *Reviewed by*: **Ramiro Esdras Carneiro Batista²**

273

O processo de expansão/ampliação da rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todo o território brasileiro explicitou os abismos existentes entre os planos e discursos de desenvolvimento locais e o nacional, apontando também para a pouca adequação das políticas de acesso e permanência do alunado oriundo de distintos grupos étnicos e sociais, que buscam acessar as oportunidades de aprendizagem e formação técnica e profissionalizante propostas pelos IFs. É neste contexto de ampliação dos IFs e consequente atuação profissional e acadêmica de diferentes agentes, e de uma sociologia que se debruça sobre a microcapilaridade dos problemas de acesso e permanência ao ensino público, por parte de estudantes oriundos do mundo rural/sertanejo, que se insere o trabalho de Elza Cristiny Carneiro Batista, professora do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas (IFNMG), atualmente lotada no Campus Arinos³, em cidade homônima.

Em princípio, nota-se que a ênfase no desenvolvimento regional proposto pelo processo de expansão dos IFs parece basear-se em projetos de crescimento econômico desenvolvimentistas que buscam atender demandas locais por meio de modelos pedagógicos exógenos e genéricos, no caso em tela, pela oferta de formação profissional e tecnológica

¹ Resenha crítica elaborada a partir da dissertação de mestrado intitulada “Trajetórias escolares de jovens assentados: estudo em Arinos/MG”, defendida no ano de 2015, no âmbito do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela professora Elza Cristiny Carneiro Batista. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135135>. Acesso em 14 de julho de 2020.

² Antropólogo, pedagogo, professor assistente do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e colaborador no grupo de pesquisa *Cidade, Aldeia e Patrimônio na Amazônia* (UFPA/CNPq). E-mail: jjesdras@bol.com.br.

³ Conforme publicação realizada pela autora na plataforma lattes, atualizada em 19/07/2020. Informações sobre seu perfil profissional estão disponíveis em <http://lattes.cnpq.br>. Acesso em 14 de agosto de 2020.

Recebido em 31/08/2020

Aprovado em 12/11/2020

dirigida a povos e populações sertanejas sobre as quais não se tem suficientes subsídios antropológicos produzidos, resultando em um modelo de ensino que parece reificar uma suposta “vocação” agropecuária e/ou agroexportadora para a região atendida.

O texto dissertativo de Elza Batista (2015) busca problematizar os itinerários escolares de jovens pertencentes a doze famílias assentadas pela reforma agrária no município de Arinos, situado no epicentro do sertão urucuiano, constante da região noroeste de Minas Gerais. Além da direta relação entre a teoria do capital cultural de Pierre Bourdieu e os (des)caminhos dos jovens assentados vividos no interior da cultura escolar, o trabalho aborda a dimensão pedagógica da luta pelo território em sua relação com a identidade dos jovens estudantes. A luta pela terra e a identidade étnica nela forjada – da condição de assentado – parece marcar não somente a relação dessa juventude com as culturas escolares, mas também com uma ambígua autorepresentação e o conflito de interesses com a população local urbanizada, daí a problematização em torno de uma identidade negada/escamoteada pelo ambiente escolar, aparentemente inóspito a diversidade cultural. Desta distinção identitária, ou da negação a ela, aflora um cotidiano escolar marcado pela violência simbólica, em uma possível modalidade de racismo, também escamoteado pelos discursos de desvalorização das culturas rurícolas em detrimento do *modus vivendi* urbanizado.

A análise sociológica da autora conduz a constatação de que a violência simbólica vivenciada pelos jovens assentados pode ser mensurada nos índices de reprovação e abandono escolar, o que denunciaria a inadequação das políticas de acolhimento e permanência do alunado étnica e culturalmente diferenciado por parte da rede pública federal, no caso do campus estudado. Os estudos de Bourdieu e Passeron (2014) em confronto com os dados coletados, dão suporte ao postulado de que a cultura validada pela escola estatal pressupõe uma cultura de elite, o que desloca e inviabiliza a participação de jovens estudantes do mundo sertanejo em seu meio.

Em um texto objetivo que conta menos de duas centenas de páginas, o trabalho subdivide-se em três capítulos e mais considerações finais, que os articulam de maneira adequada. O foco narrativo nas falas dos sujeitos sociais assentados é um ponto forte do trabalho da autora. O primeiro capítulo faz um breve histórico do tema da reforma agrária no Brasil, relacionando-o com a caracterização e as iniciativas de reforma fundiária na região Noroeste de Minas, sobretudo no âmbito do município pesquisado. O capítulo explicita o quanto a construção da nova capital federal – Brasília – impacta e ressignifica os supostos vazios

demográficos sertanejos, em uma região que na caracterização proposta pelo estado nacional, passa a ser nominada como a “mancha de assentamentos” do entorno do distrito federal, denotando que o noroeste de Minas Gerais vivencia uma dialética territorial transfronteiriça, que a torna diferente das outras regiões rurais de Minas. No mesmo capítulo a diversidade socio e populacional de pessoas que historicamente se organizam no interior do bioma Cerrado é abordada, demonstrando como emergem estes sertanejos da histórica invisibilidade que lhes foi relegada, principalmente a partir das dívidas contraídas com a compra das terras em distintas categorias de empréstimos, também contraídos em diferentes programas governamentais de fomento à produção agrícola e a fixação da população campesina.

O segundo capítulo talvez seja o mais significativo de todo o trabalho, por abordar as ações de luta pela terra/território em paralelo ao acesso à educação escolar por parte de pessoas desterritorializadas na região, que assumem a identidade provisória de acampados em direção a de assentados, e sobretudo, pelo simbolismo do ato de transformar um antigo curral de um latifúndio improdutivo em prédio escolar improvisado. É assim que a luta pelo acesso ao ensino rural dialoga com o ideário do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e transmuta-se, no discurso e na prática cotidiana de sujeitos sertanejos politizados na luta pela terra, que passam a demandar um modelo de educação escolar pertinente aos saberes e demandas do universo campesino. Trata-se do movimento contraditório de produção de uma educação escolar contra hegemônica, mas financiada pelo estado homogeneizador. A construção da escola-curral e posterior construção da Escola Estadual Chico Mendes é marco fundante da identidade comunitária, e demarca a transição entre os estudantes desta realidade para o acesso aos estudos no IFNMG/Campus Arinos.

O terceiro capítulo dedica-se as narrativas das famílias dos jovens assentados de cada um dos quatro assentamentos, narrando as trajetórias de doze famílias no processo de escolarização dos filhos. Aqui fica explícito o descolamento identitário dos jovens estudantes inseridos no contexto da rede federal de ensino, que se não conseguem adaptar-se à cultura escolar daquela instituição, tampouco são reconhecidos pela comunidade assentada que, por não vislumbrar nestes estudantes de tempo integral a força de trabalho necessária a reprodução socioeconômica de suas respectivas famílias, passam a ter sua identidade e função social renegada a partir da premissa de que não são mais jovens afeitos ao trabalho rural, como “os de antigamente”. Ao final do terceiro capítulo articulam-se novamente os temas da educação

escolar, as desigualdades socioeducacionais, e as trajetórias dos jovens assentados, amparando-os nos teóricos que fundamentam a pesquisa.

O trabalho aparenta obter relativo sucesso no sentido de escrutinar diferentes dimensões da vida (escolar e não escolar) que permeiam o cotidiano dos jovens assentados das comunidades abordadas, mas fica devendo maior exposição e problematização quanto a transcrição das práticas discursivas de sujeitos sociais urbanizados, propostos como vetores da violência simbólica e do preconceito dirigido aos jovens estudantes rurais, como o constatado na pesquisa. O texto dissertativo, da forma como foi proposto talvez não seja a melhor forma de atingir o público alvo, qual seja, gestores, estudantes e protagonistas da rede de ensino em um possível e necessário diálogo com o poder público local, no sentido de promover adequações na política de acesso e permanência dos estudantes oriundos do mundo dos assentamentos, o que talvez possa ser mediado pela autora em trabalhos futuros, a partir da publicação de artigos, vídeos e livros que tornem o resultado da pesquisa mais acessíveis, a partir de diferentes linguagens.

Cumprir dizer que a obra é importante e recomendável no sentido de fornecer subsídios para repensar as políticas públicas de acesso e permanência de diferentes sujeitos na rede federal de ensino, bem como para potencializar o esforço de ressignificação das redes de sociabilidade e parentesco que ligam pessoas pertencentes ao mundo rural e a seus correspondentes urbanos, no objetivo unívoco de combater toda e qualquer forma de discriminação e/ou pseudo meritocracia, no acesso aos serviços e oportunidades educacionais a que todos temos direito.